



Julho/2009

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Judiciária Especialidade Execução de Mandados

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

00001-0001-001

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto apresentado abaixo.

Tempo sem passado

Eric Hobsbawm, um dos maiores historiadores do nosso tempo, acredita que nunca o conhecimento da História se fez tão necessário como nestes dias em que, justamente, muitos a julgam quase irrelevante. O fato de o século XX ter sido marcado, ao mesmo tempo, por massacres e guerras, de um lado, e por um notável avanço das ciências e da tecnologia, de outro, talvez ajude a entender por que o homem contemporâneo parece ter fechado os olhos para o passado longínquo ou recente, e viva o presente com a sensação de já estar instalado no futuro. Nesse vão do tempo, em que a velocidade do que é novo se traduz a cada dia numa espécie de arrebatadora vertigem, não há pausa para qualquer reflexão que implique dúvida, desconfiança ou hesitação. Nunca se viu tanta gente afirmar, a propósito de qualquer coisa: "Com certeza!"

A História nos ensina que não há fatos estanques, ou rupturas absolutas: há alguma continuidade na transformação, algum encadeamento na progressão. Os processos da civilização não constituem saltos caprichosos e inexplicáveis, por isso é um erro imaginar que o que se vive hoje é uma inauguração absoluta. Mesmo os avanços no campo da informática ou da neurociência, erroneamente vistos como verdadeiros "milagres", compõem uma sequência histórica esclarecedora.

O problema maior está em que o homem contemporâneo, cético em relação ao passado, não conserva deste lições que podem ser preciosas no futuro. O primeiro grande cientista político, Maquiavel, preocupado com a unificação de uma Itália dividida em principados, foi buscar em grandes líderes políticos do passado inspiração para as ações necessárias no presente. Sua intuição lhe dizia (e há quem aproveite suas lições até hoje) que o jogo do poder não muda em sua essência, apenas variam as circunstâncias.

Considere-se, ainda, o aspecto afetivo da nossa memória. Nossa sensibilidade acusa momentos marcantes, experiências inesquecíveis, que continuam a produzir efeito em nossa personalidade, em nosso modo de ver o mundo. Se os valores da nossa biografia ajudam a esclarecer o sentido de nossa trajetória pessoal, por que imaginar que a História não tenha o que dizer quanto ao sentido da caminhada que estamos todos empreendendo?

(Aristeu de Valença, inédito)

1. A afirmação de Hobsbawm – *nunca o conhecimento da História se fez tão necessário como nestes dias* – deve-se ao fato de que
 - (A) há rupturas em nossa época que prenunciam um tempo inteiramente novo.
 - (B) nossa memória afetiva costuma superestimar tudo o que já vivemos.
 - (C) o político contemporâneo ainda se espelha nas concepções de Maquiavel.
 - (D) há avanços na ciência que independem de conhecimentos já fixados.
 - (E) o homem contemporâneo não vê continuidade onde há transformação.
2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. O autor considera que os momentos de dúvida e de hesitação que marcam o homem contemporâneo devem-se à falta de consciência histórica.
 - II. Os processos da História, diferentemente dos que ocorrem com a ciência, não dão saltos caprichosos, pois há encadeamento em sua progressão.
 - III. A importância que tem a memória pessoal para cada indivíduo é análoga à que tem a História para a compreensão da caminhada humana.Em relação ao texto, está correto o que se afirma SOMENTE em
 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.



3. Identifique a afirmação que NÃO integra a mesma linha de argumentação explicitada no conjunto das demais alternativas:
- (A) *não há fatos estanques ou rupturas absolutas.*
- (B) *há alguma continuidade na transformação.*
- (C) *Os processos da civilização não constituem saltos caprichosos.*
- (D) *não há pausa para qualquer reflexão.*
- (E) *lições que podem ser preciosas no futuro.*
-
4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *a julgam quase irrelevante (1º parágrafo) = creem-na praticamente supérflua.*
- (B) *Nesse vão do tempo (1º parágrafo) = Nessa intermitência temporal.*
- (C) *arrebatadora vertigem (1º parágrafo) = desconcertante consciência.*
- (D) *rupturas absolutas (2º parágrafo) = descompassos súbitos.*
- (E) *cético em relação ao passado (3º parágrafo) = insciente da História.*
-
5. São razões possíveis, aventadas no texto, para o fato de nossa época ignorar a importância do conhecimento da História:
- (A) o acelerado progresso das ciências e a valorização da memória pessoal.
- (B) as violências do último século e o acelerado progresso das ciências.
- (C) o desenvolvimento da informática e os avanços da neurociência.
- (D) a atualização das ideias de Maquiavel e a valorização da memória pessoal.
- (E) a atualização das ideias de Maquiavel e as violências do último século.
-
6. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Ocorrem em nossos dias, por razões várias, um processo de apagamento das lições históricas da humanidade.
- (B) O que os bons historiadores nunca deixaram de nos lembrar consistem, resumidamente, nas lições a se tirar das experiências.
- (C) Proveio das lições da História clássica a convicção maquiavélica de que as manobras do poder seguem sempre as mesmas regras básicas.
- (D) Não deve se furtrar à malícia do jogo político, segundo Maquiavel, aqueles que desejam se assenhorear do poder do Estado e conservá-lo.
- (E) Reside no fundo de nossa memória afetiva, segundo o autor do texto, marcas dos momentos intensos que moldaram nossa personalidade.
-
7. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Se o século XX não tivesse sido marcado por tantas catástrofes, acredita-se que o prestígio da História não venha a se revelar tão abalado.
- (B) Caso sejam vistos como “milagres”, os avanços da ciência deveriam ter sido considerados aberrações históricas.
- (C) O que já preocupa Maquiavel, antes mesmo de formular lições de política, era a fragmentação da Itália renascentista em principados.
- (D) No momento em que os homens passarem a negligenciar a memória afetiva ficarão submetidos a um processo de progressivo desenraizamento.
- (E) Estivéssemos numa época de pequenos avanços da ciência, fora possível que não venhamos a perder a percepção da continuidade histórica.
-
8. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:
- (A) Será um grave equívoco acreditarmos que os últimos e notáveis avanços científicos decorrem exclusivamente de méritos da nossa época.
- (B) Hobsbawm, historiador já bastante idoso, foi privilegiado por estar acompanhando e vivido a maior parte da História do século XX.
- (C) Costuma custar muito caro para quem esquece as lições da História, vendo-se condenado a repetir seus erros por ignorar as mesmas.
- (D) Tem sido injusto para com Maquiavel a atribuição de fama como homem cruel, posto que se valia de convicções enquanto pensador político.
- (E) O ceticismo que se demonstra em relação ao passado é o inverso do que sentimos ao imaginar o quanto se está adiando do próprio futuro.



9. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Uma sensação de vertigem; eis o que experimentamos, quando nos deixamos, arrebatados pela velocidade do que é novo.
- (B) O que experimentamos quando nos deixamos arrebatados pela velocidade do que é novo, é uma sensação de vertigem.
- (C) Quando pela velocidade do que é novo, nos deixamos arrebatados, experimentamos uma sensação de vertigem.
- (D) Uma sensação de vertigem quando nos deixamos arrebatados, pela velocidade do que é novo; eis o que experimentamos.
- (E) Experimentamos uma sensação de vertigem, quando nos deixamos arrebatados pela velocidade do que é novo.
10. **Os elementos** sublinhados estão corretamente empregados na frase:
- (A) A convicção de Hobsbawm, da qual não deve pairar dúvida, incide com o valor que se deve reconhecer nos estudos de História.
- (B) Os ensinamentos da História, de cuja riqueza deveríamos tirar proveito, deram lugar a um fascínio pela novidade, diante da qual nos extasiávamos.
- (C) Em nossos dias, onde se verificam avanços notáveis da ciência, predomina uma sensação de triunfo de cuja deveríamos desconfiar.
- (D) Maquiavel foi um pensador que a sua doutrina continua instigante até hoje, quando políticos nela se valem como uma espécie de manual.
- (E) Ninguém se liberta de suas memórias afetivas, em cujas pulsa a força das experiências de que vieram a moldar nossa personalidade.
- Matemática**
11. Ao receber um pagamento em moedas, um caixa de um Banco as contou inicialmente, encontrando x de 1 real, y de 50 centavos, z de 25 centavos, w de 10 centavos e r de 5 centavos, num total de R\$ 13,40. Percebeu, em seguida, que havia se enganado, pois contara 4 moedas de 10 centavos como se fossem de 50 centavos e 3 de 25 centavos como se fossem de 5 centavos. A quantia correta recebida por ele foi
- (A) R\$ 14,60
- (B) R\$ 14,40
- (C) R\$ 12,40
- (D) R\$ 11,60
- (E) R\$ 11,20
12. Uma mesma tarefa de digitação de expedientes pode ser executada pelo analista A em 10 horas de trabalho, por B em 8 horas e por A, B e C, simultaneamente, em 4 horas. Trabalhando sozinho, C deve realizar essa tarefa em
- (A) 10 horas.
- (B) 12 horas.
- (C) 15 horas.
- (D) 20 horas.
- (E) 40 horas.
13. Quatro faculdades de Direito participam de um convênio Empresa-Escola para estágios de seus alunos em grandes escritórios de advocacia. Em certo dia, as quatro enviaram alunos a um escritório, candidatando-se a uma vaga. Lá chegando, eles foram divididos em grupos, de forma que:
- cada grupo tinha alunos de uma única faculdade;
 - todos os grupos tinham a mesma quantidade de alunos;
 - a quantidade de alunos em cada grupo era a maior possível;
 - número de alunos enviados pelas faculdades foi 12, 18, 24 e 36.
- Se para cada grupo foi elaborada uma prova distinta, então
- (A) cada grupo tinha exatamente 4 alunos.
- (B) foi aplicado um total de 15 provas.
- (C) foi aplicado um total de 6 provas.
- (D) foram formados exatamente 12 grupos.
- (E) para alunos de uma das faculdades foi aplicado um total de 8 provas.
14. Em certo ano, os analistas de dois grupos executaram 210 intimações. Os do primeiro grupo executaram 120 delas e os do outro, com 3 analistas a menos, executaram as restantes. Se todos os analistas executaram o mesmo número de intimações, então
- (A) cada analista executou 10 intimações.
- (B) cada analista executou 12 intimações.
- (C) o número de analistas do primeiro grupo era 10.
- (D) o número de analistas do segundo grupo era 12.
- (E) o número total de analistas era 20.



15. O relógio de um analista adianta 30 segundos por dia e o de outro atrasa 10 segundos por dia. Às 9 horas do dia 3 de fevereiro deste ano eles acertaram seus relógios e combinaram não consertá-los nem mexer nos ponteiros até o próximo encontro. Alguns dias depois eles se encontraram e verificaram que os horários marcados diferiam de 3 minutos e meio. O segundo encontro ocorreu em fevereiro, às
- (A) 15 horas do dia 8.
- (B) 9 horas do dia 10.
- (C) 9 horas do dia 13.
- (D) 21 horas do dia 13.
- (E) 18 horas do dia 15.
-
16. Sobre os 120 candidatos a um concurso, sabe-se que:
- a razão entre o número dos casados e o dos solteiros, nessa ordem, é de 2 para 3;
 - a razão entre o número dos formados em faculdades do interior do Estado e o dos formados em faculdades da capital, nessa ordem, é de 5 para 3 entre os casados, e de 5 para 4 entre os solteiros.
- Sobre o total de candidatos, é verdade que
- (A) 20 são casados e formados em faculdades da capital.
- (B) 32 são solteiros e formados em faculdades da capital.
- (C) 42 são solteiros e formados em faculdades do interior.
- (D) 50 são casados.
- (E) 75 são solteiros.
-
17. Em um plano de saúde empresarial, a mensalidade de cada participante individual é diretamente proporcional à sua respectiva idade e inversamente proporcional ao número de participantes do grupo. Em um grupo com 45 participantes, a mensalidade de um indivíduo de 35 anos é R\$ 140,00. Se esse grupo tivesse 60 participantes, a mensalidade de um indivíduo com 43 anos seria
- (A) R\$ 152,00
- (B) R\$ 145,00
- (C) R\$ 132,00
- (D) R\$ 129,00
- (E) R\$ 78,00
-
18. Em um escritório, 4 funcionários de mesma capacidade de trabalho conseguem digitar um total de 240 páginas em 3 dias, trabalhando ininterruptamente por 6 horas diárias. Quantas páginas devem digitar 3 desses funcionários em 4 dias, trabalhando ininterruptamente 4 horas por dia?
- (A) 180
- (B) 178
- (C) 172
- (D) 162
- (E) 160
-
19. O dono de uma loja deseja promover a liquidação de alguns produtos, anunciando um desconto de X% nos preços marcados com X inteiro. Entretanto, na semana anterior à liquidação, ele pretende aumentar os preços atuais em 12%, para que os produtos, com o desconto oferecido nos preços remarcados, sejam vendidos no mínimo pelos preços atuais. Para realizar seu intento, o valor de X deve ser no máximo igual a
- (A) 12
- (B) 11
- (C) 10
- (D) 9
- (E) 8
-
20. Um analista deve efetuar dois pagamentos, um de R\$ 1.500,00 daqui a 4 meses e outro, de R reais, daqui a 6 meses. Para isso, ele vai:
- aplicar R\$ 2.000,00 hoje, a juros simples, à taxa de 4% ao mês;
 - retirar todo o montante dessa aplicação daqui a 4 meses e, no mesmo dia, efetuar o pagamento de R\$ 1.500,00 e aplicar o restante a juros simples, à taxa de 5% ao mês por 2 meses;
 - retirar, daqui a 6 meses, todo o montante da segunda aplicação e efetuar o pagamento de R reais, não ficando com sobras.
- Dessa forma, o valor de R é
- (A) 902
- (B) 910
- (C) 915
- (D) 918
- (E) 920

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Nos termos da Constituição Federal, a competência para legislar sobre registros públicos e desapropriação é
- (A) privativa da União.
 - (B) comum da União, dos Estados e do Distrito Federal.
 - (C) concorrente da União, dos Estados e dos Municípios.
 - (D) comum dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (E) exclusiva dos Estados e do Distrito Federal.

22. Quanto à organização do Estado brasileiro, é correto que
- (A) é vedada a subdivisão de Estados.
 - (B) a fusão de Municípios far-se-á por emenda constitucional.
 - (C) a criação de Territórios Federais será regulada em lei complementar.
 - (D) aos Estados é permitida, na forma da lei, a subvenção a cultos religiosos ou igrejas.
 - (E) a anexação de municípios para formarem Estados ou Territórios Federais, autorizada por resolução do Congresso Nacional, dependerá de referendo popular.

23. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação
- (A) ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por onze Estados, com não menos de um décimo por cento dos eleitores de cada um deles.
 - (B) ao Congresso Nacional de projeto de lei subscrito por, no mínimo, dois por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por sete Estados, com não menos de dois décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
 - (C) ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, dois por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por quatro Estados, com não menos de um décimo por cento dos eleitores de cada um deles.
 - (D) à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, dois por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por nove Estados, com não menos de dois décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
 - (E) à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

24. A seguridade social, além de outros, tem como objetivos a
- (A) iniquidade na forma de participação no custeio.
 - (B) distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
 - (C) redutibilidade do valor dos benefícios.
 - (D) centralização da administração mediante gestão única.
 - (E) unidade da base de financiamento estatal.

25. Acerca da Administração Pública, considere as assertivas abaixo.

- I. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- II. Independe de autorização legislativa, a criação de subsidiárias de autarquias, empresas públicas e de fundação.
- III. Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fim de concessão de acréscimos ulteriores.
- IV. É garantida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Estão corretas as que se encontram SOMENTE em

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II e IV.

26. Helmut Kroll, nascido em Berlim, adquiriu a nacionalidade brasileira após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Nessa qualidade, poderá ele exercer, dentre outros, o cargo de

- (A) Vice-Presidente da República.
- (B) Oficial das Forças Armadas.
- (C) Ministro Chefe da Casa Civil.
- (D) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (E) Presidente da Câmara dos Deputados.

Direito Administrativo

27. Sobre os princípios da Administração Pública, é correto afirmar:

- (A) O art. 37 da Constituição Federal não é taxativo, pois, outros princípios existem, previstos em leis esparsas, ou, mesmo, não expressamente contemplados no direito objetivo, aos quais se sujeita a Administração Pública.
- (B) Segundo o princípio da legalidade, a Administração pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
- (C) O princípio da especialidade é concernente à ideia da centralização administrativa.
- (D) O princípio da autotutela significa o controle que a Administração exerce sobre outra pessoa jurídica por ela mesma instituída.
- (E) O princípio da continuidade do serviço público é a possibilidade de reeleição dos chefes do poder executivo.



28. Sobre as características dos contratos administrativos, considere:
- I. As cláusulas exorbitantes, que constituem uma das características do contrato administrativo, são cláusulas que colocam a Administração Pública em posição de supremacia, conferindo-lhe prerrogativas em relação ao contratado.
 - II. O princípio da finalidade não está previsto nos contratos da Administração Pública regidos pelo Direito Privado.
 - III. Obediência à forma prescrita em lei é uma das características dos contratos administrativos.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) II.
 - (B) III.
 - (C) I e II.
 - (D) I e III.
 - (E) II e III.
-
29. Sobre os atributos dos atos administrativos, é INCORRETO afirmar:
- (A) A imperatividade é uma das características que distingue o ato administrativo do ato de direito privado.
 - (B) A auto-executoriedade não existe em todos os atos administrativos.
 - (C) Imperatividade consiste na possibilidade que certos atos administrativos ensejam de imediata e direta execução pela Administração Pública, independentemente de ordem judicial.
 - (D) A presunção de legitimidade é qualidade inerente a todo o ato da Administração Pública.
 - (E) A presunção de veracidade diz respeito aos fatos, isto é, em decorrência dele, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração.
-
30. Os contratos administrativos
- (A) não podem ser rescindidos em razão da inexecução parcial, cabendo, nesse caso, apenas a aplicação de sanções pecuniárias ao contratado.
 - (B) podem ser escritos ou verbais, sendo estes reservados apenas para compras até o valor de R\$ 10.000,00.
 - (C) de valor inferior a R\$ 50.000,00 não precisam ser publicados na imprensa oficial.
 - (D) não podem conter cláusulas exorbitantes.
 - (E) são ajustes que a Administração, agindo nessa qualidade, firma com particular ou com outra entidade administrativa para a consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria Administração.
-
31. Sobre a competência, no âmbito do processo administrativo regulado pela Lei nº 9.784/99, é certo que
- (A) ela é irrenunciável.
 - (B) a decisão de recursos administrativos pode ser objeto de delegação, desde que para autoridade imediatamente subordinada.
 - (C) o ato de delegação dispensa a publicação em meio oficial se for expressamente cientificada a autoridade delegada e seus subordinados.
 - (D) o ato de delegação é irrevogável antes de completar 01 ano da sua expedição.
 - (E) é vedada a avocação de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
-
32. A pena de advertência prevista na Lei nº 8.112/90, que deve ser aplicada por escrito, NÃO é cabível quando o servidor
- (A) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.
 - (B) exercer qualquer atividade que seja incompatível com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.
 - (C) opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
 - (D) cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.
 - (E) manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
-
33. É norma prevista na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92):
- (A) Constitui infração administrativa a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
 - (B) O Ministério Público não pode, de ofício, requisitar a instauração de procedimento administrativo para apurar ilícito previsto na Lei de Improbidade.
 - (C) Em vista da gravidade da infração, a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos podem se efetivar antes mesmo do trânsito em julgado da sentença condenatória.
 - (D) A aplicação das sanções previstas na lei de improbidade independe da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
 - (E) Para os agentes exercentes de mandatos, as ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na Lei de Improbidade prescrevem em oito anos após o término do exercício do respectivo mandato.

**Direito Civil**

34. Dentre outros, NÃO será registrado no Registro Civil de Pessoas Naturais

- (A) a petição inicial de pedido de interdição por incapacidade absoluta.
- (B) a emancipação por outorga dos pais.
- (C) a sentença declaratória de morte presumida.
- (D) os nascimentos, casamentos e óbitos.
- (E) a interdição por incapacidade absoluta ou relativa.

35. A respeito das fundações é correto afirmar:

- (A) A fundação deve ser instituída por escritura pública, através de dotação especial de bens, sendo que seu ato constitutivo não pode fixar prazo para a sua existência.
- (B) A alteração do estatuto da fundação deve ser aprovada pelo órgão do Ministério Público, não podendo o juiz supri-la a requerimento do interessado.
- (C) Se a fundação tiver sede no Rio de Janeiro, mas as suas atividades se estenderem por mais de um Estado, caberá, em cada um deles, ao respectivo Ministério Público o encargo de por ela velar.
- (D) A fundação criada para fins econômicos será submetida à fiscalização do Ministério Público e do Banco Central.
- (E) A fundação criada para fins políticos deverá ter o seu estatuto registrado no Tribunal Regional Eleitoral do lugar da sua sede.

36. A respeito da decadência, considere:

- I. É nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- II. Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei.
- III. Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita só poderá alegá-la na contestação.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I.

37. Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção. A respeito da evicção, é certo que

- (A) não subsiste a garantia da evicção se a aquisição se tenha realizado em hasta pública.
- (B) as partes não podem, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
- (C) subsiste para o alienante esta obrigação, ainda que a coisa alienada esteja deteriorada, exceto havendo dolo do adquirente.
- (D) pode o adquirente demandar pela evicção, mesmo se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.
- (E) o adquirente não pode pleitear nem a rescisão do contrato, nem a indenização, se a evicção for parcial e o valor do prejuízo não for considerável.

38. Denomina-se *vacatio legis*

- (A) o período de tramitação da lei no Congresso Nacional.
- (B) o instituto de direito não regulamentado por lei.
- (C) o período de vigência da lei temporária.
- (D) o intervalo entre a data da publicação da lei e a da sua entrada em vigor.
- (E) a situação jurídica dos fatos regulamentados por lei revogada.

Direito Processual Civil

39. Distribuir-se-ão por dependência as causas de qualquer natureza quando, tendo sido extinto o processo, sem julgamento de mérito, for reiterado o pedido,

- (A) ainda que sejam parcialmente alterados os réus da demanda, sendo vedada a possibilidade de formação de litisconsórcio ativo com outros autores.
- (B) ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam totalmente alterados os réus da demanda.
- (C) desde que não haja alteração dos polos ativo e passivo da demanda.
- (D) ainda que em litisconsórcio com outros autores, sem possibilidade de alteração dos réus da demanda.
- (E) ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda.



40. Recebida a petição inicial, se a matéria arguida for unicamente de direito, o Magistrado poderá dispensar a citação e proferir imediatamente sentença se no juízo já houver sido proferida sentença de total
- (A) improcedência em outros casos idênticos, sendo possível a reconsideração da decisão no caso de interposição de recurso de apelação pelo autor.
- (B) procedência ou improcedência em outros casos idênticos, sendo possível a reconsideração da decisão no caso de interposição de recurso de apelação.
- (C) improcedência em outros casos idênticos, sendo vedada a reconsideração da decisão no caso de interposição de recurso de apelação pelo autor.
- (D) procedência ou improcedência em outros casos idênticos, sendo vedada a reconsideração da decisão no caso de interposição de recurso de apelação pelo autor.
- (E) procedência em outros casos idênticos, sendo possível a reconsideração da decisão no caso de interposição de recurso de apelação pelo autor.
-
41. Considere as seguintes assertivas sobre o Processo de Execução:
- I. Opostos embargos à execução pelo executado a desistência da execução pelo exequente dependerá sempre da concordância do embargante.
- II. Pratica ato atentatório à dignidade da Justiça o executado que, intimado, não indica ao juiz, em 5 (cinco) dias, quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora e seus respectivos valores.
- III. Não dependem de homologação pelo Supremo Tribunal Federal, para serem executados, os títulos executivos extrajudiciais, oriundos de país estrangeiro, mas, para ter eficácia executiva, há de satisfazer aos requisitos de formação exigidos pela lei do lugar de sua celebração e indicar o Brasil como o lugar de cumprimento da obrigação.
- IV. O exequente poderá, no ato da distribuição, obter certidão comprobatória do ajuizamento da execução, com identificação das partes e valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, registro de veículos ou registro de outros bens sujeitos à penhora ou arresto.
- De acordo com o Código de Processo Civil está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) II, III e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e III.
-
42. No que se refere aos prazos, de acordo com o Código de Processo Civil é correto afirmar que
- (A) o juiz poderá, nas comarcas onde for difícil o transporte ou em caso de calamidade pública, prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de 60 (sessenta) dias.
- (B) quando a lei não marcar outro prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento depois de decorridas 48 (quarenta e oito) horas.
- (C) o advogado que exceder o prazo legal para devolver os autos será intimado para devolução no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de perder o direito de vista fora de cartório e incorrer em multa, correspondente a dois salários mínimos vigentes na sede do juízo.
- (D) computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública, o Ministério Público, ou Empresa Pública.
- (E) se suspende o curso do prazo quando for oposta exceção de impedimento ou suspeição do juiz, devendo ser restituído o prazo por tempo igual ao que faltava para a sua complementação.
-
43. No que concerne ao processo cautelar, de acordo com o Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:
- (A) As medidas cautelares serão requeridas ao juiz da causa e, quando preparatórias, ao juiz competente para conhecer da ação principal.
- (B) Salvo decisão judicial em contrário, a medida cautelar não conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.
- (C) O requerido será citado, qualquer que seja o procedimento cautelar, para, no prazo de 5 (cinco) dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir.
- (D) A medida cautelar poderá ser substituída, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente.
- (E) Cabe à parte propor a ação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório.



44. No que se refere aos deveres das partes e dos procuradores, de acordo com o Código de Processo Civil é certo que o juiz ou o tribunal, de ofício ou a requerimento da parte, condenará o litigante de má-fé a pagar multa não excedente a
- (A) um por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou, sendo o valor da indenização desde logo fixado pelo juiz, em quantia não superior a 20% sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento.
 - (B) dois por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou, sendo o valor da indenização desde logo fixado pelo juiz, em quantia não superior a 20% sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento.
 - (C) um por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou, sendo o valor da indenização desde logo fixado pelo juiz, em quantia não superior a 30% sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento.
 - (D) dois por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou, sendo o valor da indenização desde logo fixado pelo juiz, em quantia não superior a 30% sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento.
 - (E) um por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou, sendo o valor da indenização desde logo fixado pelo juiz, em quantia não superior a 10% sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento.
46. Com relação às férias é correto afirmar:
- (A) São computadas como tempo de serviço do obreiro as férias gozadas e indenizadas.
 - (B) Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em dois períodos, sendo que um dos quais não poderá ser inferior a quinze dias.
 - (C) Terá direito a férias o empregado que no curso do período aquisitivo deixar o emprego e for readmitido noventa dias após à sua saída.
 - (D) O empregado que faltar dez vezes ao serviço injustificadamente dentro de um período de doze meses terá direito a 24 (vinte e quatro) dias corridos de férias.
 - (E) Aos maiores de cinquenta anos as férias poderão ser fracionadas em dois períodos, uma vez que a lei prevê essa possibilidade.
47. Joana labora para a empresa X e presta habitualmente horas extras há um ano e oito meses. A empresa X pretende suprimir tais horas. Neste caso, a empregadora
- (A) poderá suprimir as horas extras habitualmente prestadas, mas deverá pagar a Joana o valor de um mês das horas extras suprimidas multiplicado por doze.
 - (B) poderá suprimir as horas extras habitualmente prestadas, mas deverá pagar a Joana o valor de um mês das horas extras.
 - (C) poderá suprimir as horas extras habitualmente prestadas e não há qualquer valor a título de indenização.
 - (D) não poderá suprimir as horas extras habitualmente prestadas, uma vez que é vedado a redução unilateral de salário.
 - (E) poderá suprimir as horas extras habitualmente prestadas, mas deverá pagar a Joana o valor de um mês das horas extras suprimidas multiplicado por dois.

Direito do Trabalho

45. Considere:
- I. Julgar os agravos de petição.
 - II. Impor multas e demais penalidades relativas a atos de sua competência jurisdicional.
 - III. Processar e julgar originariamente os dissídios coletivos.
 - IV. Processar e julgar em última instância as ações rescisórias das Varas do trabalho.
- De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho compete ao Tribunal Pleno, quando o Tribunal Regional do Trabalho for dividido em turmas, as funções indicadas SOMENTE em
- (A) I e IV.
 - (B) I e III.
 - (C) III e IV.
 - (D) I, II e III.
 - (E) II, III e IV.
48. Considere as seguintes assertivas a respeito da jornada de trabalho:
- I. É lícito o ajuste individual escrito de compensação da jornada de trabalho, não sendo obrigatório o ajuste através de norma coletiva.
 - II. A compensação de jornada de trabalho poderá ser ajustada pelo período máximo de dois anos.
 - III. O regime de compensação de horas poderá ser usado por empresas que têm acréscimo de produção sazonal ou para ciclos conjunturais.
 - IV. Se o contrato de trabalho for rescindido antes da compensação de jornada de trabalho, fará jus o trabalhador ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I e II.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) III e IV.
 - (D) I e III.
 - (E) I, II e III.



<p>49. A empresa X pretende fornecer alimentação para seus empregados como salário utilidade. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a empregadora</p> <p>(A) poderá fornecer a alimentação como salário utilidade, mas esta não poderá exceder 20% do salário contratual.</p> <p>(B) poderá fornecer a alimentação como salário utilidade, mas esta não poderá exceder 25% do salário contratual.</p> <p>(C) não poderá fornecer a alimentação como salário utilidade havendo expressa vedação legal neste sentido.</p> <p>(D) só poderá fornecer a alimentação como salário utilidade se houver previsão em norma coletiva, mas esta não poderá exceder 25% do salário contratual.</p> <p>(E) poderá fornecer a alimentação como salário utilidade, mas esta não poderá exceder 30% do salário contratual.</p>	<p>52. Em regra, os sindicatos poderão ser</p> <p>(A) distritais, municipais, intermunicipais, estaduais e interestaduais.</p> <p>(B) municipais, intermunicipais, estaduais e interestaduais.</p> <p>(C) municipais, intermunicipais, estaduais, interestaduais e nacionais.</p> <p>(D) somente municipais e intermunicipais.</p> <p>(E) somente municipais, intermunicipais e estaduais.</p>
<p>50. O abono de férias</p> <p>(A) não integrará a remuneração do empregado, desde que não excedente de dez dias do salário.</p> <p>(B) integrará sempre a remuneração do empregado, em razão da natureza jurídica dos abonos em geral.</p> <p>(C) não integrará, em nenhuma hipótese, a remuneração do empregado, tratando-se de exceção prevista na Consolidação das Leis do Trabalho.</p> <p>(D) não integrará a remuneração do empregado, desde que não excedente de vinte dias do salário.</p> <p>(E) não integrará a remuneração do empregado, desde que não excedente de quinze dias do salário.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual do Trabalho</p> <p>53. Mirela ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a empresa GATO. Mirela deixou de comparecer na audiência previamente designada uma vez que se atrasou no cabeleireiro e o processo foi arquivado. Mirela ajuizou outra reclamação trabalhista com os mesmos fundamentos, causa de pedir e pedidos, mas também não compareceu na audiência previamente designada uma vez que se atrasou em sua massagem modeladora. Neste caso, Mirela</p> <p>(A) só poderá apresentar nova reclamação trabalhista em face da empresa GATO após o decurso do prazo de seis meses.</p> <p>(B) poderá apresentar imediatamente nova reclamação trabalhista em face da empresa GATO.</p> <p>(C) não poderá apresentar nova reclamação trabalhista em face da empresa GATO em razão da preclusão do direito de ação.</p> <p>(D) só poderá apresentar nova reclamação trabalhista em face da empresa GATO após o decurso do prazo de três meses.</p> <p>(E) só poderá apresentar nova reclamação trabalhista em face da empresa GATO após o decurso do prazo de doze meses.</p>
<p>51. Salvo se cometer falta grave, é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir</p> <p>(A) do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical até um ano após o final de seu mandato, caso seja eleito, exceto como suplente.</p> <p>(B) da data da posse em cargo de direção ou representação de entidade sindical até um ano após o final de seu mandato, inclusive se eleito como suplente.</p> <p>(C) do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical até um ano após o final de seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente.</p> <p>(D) do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical até seis meses após o final de seu mandato, caso seja eleito, exceto como suplente.</p> <p>(E) da data da posse em cargo de direção ou representação de entidade sindical até um ano após o final de seu mandato, exceto se eleito como suplente.</p>	<p>54. Margarida ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a empresa ALPHA. Na reclamação trabalhista, Margarida pretende ouvir o depoimento testemunhal de Jenyfer, sua colega de trabalho. O problema é que Jenyfer é americana e não fala a língua nacional. O M.M. Juiz que instrui o processo possui total conhecimento e fluência do inglês. Neste caso, o M.M. Juiz</p> <p>(A) deverá nomear tradutor juramentado, sendo que as despesas decorrentes desta tradução correrão inicialmente por conta da empresa ALPHA.</p> <p>(B) deverá tomar o depoimento de Jenyfer, determinando que o termo seja assinado pelas partes e por duas testemunhas presenciais.</p> <p>(C) deverá nomear intérprete, sendo que as despesas decorrentes desta tradução correrão inicialmente por conta da empresa ALPHA.</p> <p>(D) deverá nomear tradutor juramentado, sendo que as despesas decorrentes desta tradução correrão inicialmente por conta da Margarida.</p> <p>(E) deverá nomear intérprete, sendo que as despesas decorrentes correrão inicialmente por conta da Margarida.</p>



55. Contra a decisão de Tribunal Regional do Trabalho que reconhece ter havido nulidade ou a existência de irregularidade sanável e determina a baixa dos autos ao juízo de primeiro grau, para novo pronunciamento deste,
- (A) caberá embargos no prazo de oito dias.
- (B) caberá recurso de revista no prazo de oito dias.
- (C) não caberá recurso.
- (D) caberá recuso de revista no prazo de cinco dias.
- (E) caberá agravo regimental.
-
56. Considere:
- I. Acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.
- II. Violação expressa de regimento interno de Tribunal Regional do Trabalho.
- III. Decisão proferida em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, por Tribunal Regional do Trabalho que viola expressamente lei estadual.
- IV. Decisão proferida em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, por Tribunal Regional do Trabalho que deu ao mesmo dispositivo de lei estadual interpretação diversa da que lhe foi dada por outro Tribunal Regional.
- Caberá recurso de revista SOMENTE nas hipóteses indicadas em
- (A) I e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) III e IV.
- (E) II e IV.
-
57. A prova pré-constituída nos autos
- (A) não pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta uma vez que processualmente foram produzidas antes da ocorrência da confissão.
- (B) pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta, não implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores.
- (C) pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta e o indeferimento de provas posteriores implica cerceamento de defesa.
- (D) não pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta uma vez que esta confissão gera presunção absoluta da verdade dos fatos confessos.
- (E) não pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta em razão do princípio da verdade real aplicado no processo do trabalho.
-
58. Com relação à Ação Rescisória é correto afirmar:
- (A) Quanto a antecipação ou postergação do *dies a quo* do prazo decadencial da ação rescisória, o juízo rescindente está adstrito à certidão de trânsito em julgado juntada com a ação rescisória.
- (B) Em regra, a interposição de recurso intempestivo ou a interposição de recurso incabível protraí o termo inicial do prazo decadencial.
- (C) O Ministério Público possui legitimidade *ad causam* para propor ação rescisória em qualquer hipótese legal prevista no Código de Processo Civil, ainda que não tenha sido parte no processo.
- (D) O litisconsórcio na ação rescisória é facultativo em relação ao polo passivo da demanda.
- (E) Em regra, para o ajuizamento de ação rescisória na Justiça do Trabalho, é obrigatório o depósito prévio de 10% do valor da causa.
-
59. Considere as seguintes assertivas a respeito da sentença e de sua liquidação:
- I. Os juros de mora e a correção monetária incluem-se na liquidação, ainda que omissos o pedido inicial ou a condenação.
- II. A correção monetária não incide sobre o débito do trabalhador reclamante.
- III. Se ambas as partes forem vencidas em alguma verba ou pedido, a sentença deverá prever as custas de forma proporcional entre reclamante e reclamada.
- IV. Os juros de mora incidem sobre a importância da condenação já corrigida monetariamente.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II e III.
-
60. Mário está sendo executado judicialmente. Ele não possui dinheiro em conta bancária, mas possui um diamante, um título da dívida pública da União, um barco a velas e um sítio em Valinhos. Neste caso, a penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem:
- (A) barco a velas, diamante, título da dívida pública da União e sítio em Valinhos.
- (B) diamante, sítio em Valinhos, barco a velas e título da dívida pública da União.
- (C) sítio em Valinhos, diamante, barco a velas e título da dívida pública da União.
- (D) sítio em Valinhos, barco a velas, diamante e título da dívida pública da União.
- (E) diamante, sítio em Valinhos, título da dívida pública da União e barco a velas.

